



# PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ESTADO DE SÃO PAULO

## CONCURSO PÚBLICO

### 002. PROVA OBJETIVA

#### PROCURADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CIVIL

- 01.** Os negócios jurídicos são divididos em três campos de análise: existência, validade e eficácia. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.
- (A) A manifestação volitiva contaminada por coação autoriza a declaração de inexistência do negócio jurídico, já que a vontade integra o campo da existência.
  - (B) Condição, termo e encargo são elementos de eficácia que se classificam como acidentais ou facultativos.
  - (C) Todos os denominados vícios de consentimento conduzem o negócio à declaração de nulidade, tornando mister o ajuizamento da pertinente ação no prazo estabelecido pelo Código Civil.
  - (D) Segundo o Código Civil, é inadmissível o reequilíbrio do negócio eivado do vício da lesão, restando como única opção o desfazimento do negócio e a restituição de eventuais valores despendidos.
  - (E) A forma do contrato constitui elemento de validade. Nesse sentido, se um contrato exigir forma escrita em instrumento público, e esta exigência não for observada, fadado está o negócio à declaração de anulação.
- 02.** O contrato de doação, classificado por regra como gratuito e unilateral, tem como essência a intenção livre e consciente de privação de coisa móvel ou imóvel em favor do donatário. Assinale a alternativa correta.
- (A) Impõe o Código Civil limitação à liberdade de disposição, de tal sorte que a existência de cônjuges ou filhos limita o ato de disposição à metade do patrimônio do doador.
  - (B) Confere a lei autonomia plena ao titular do patrimônio, permitindo-lhe a doação da integralidade de seu acervo sem nenhuma ressalva.
  - (C) É anulável a doação inoficiosa.
  - (D) A doação que transcende ao limite do patrimônio disponível é intitulada inoficiosa, sendo certo que a declaração da nulidade contaminará todo o ato de liberalidade, impondo-se o retorno de todo o patrimônio ao doador.
  - (E) É inadmissível no atual contexto do Direito Privado a doação verbal, sendo sempre exigida a instrumentalização.
- 03.** Acerca do novel panorama do Direito Civil sobre capacidade, afirma-se corretamente que
- (A) houve emblemática mudança no cenário da emancipação, permitindo-se que a capacidade civil plena seja outorgada aos maiores de catorze anos.
  - (B) uma das mais significativas alterações reside no fato de que a partir de sua vigência os ébrios habituais passaram a ser considerados absolutamente incapazes.
  - (C) os atos praticados por aqueles que em virtude de causa transitória ou permanente não puderem exprimir suas vontades são anuláveis.
  - (D) os toxicômanos, assim considerados os que ingerem substância entorpecente com habitualidade, são considerados absolutamente incapazes.
  - (E) são anuláveis os negócios praticados por absolutamente incapazes, assim considerados apenas os menores de dezesseis anos.
- 04.** No Direito Civil Brasileiro, por regra, a Responsabilidade Civil daquele que provoca dano a outrem é subjetiva, exigindo-se, pois, além da prova do nexos causal, a prova da negligência, da imprudência ou da imperícia. Sobre a temática, anote a opção correta.
- (A) No atual sistema, o incapaz jamais poderá ser responsabilizado pelas condutas danosas que praticar, recaindo o dever reparatório sempre aos seus representantes.
  - (B) A prolação de sentença criminal que reconheça a responsabilidade de um agente pelo prejuízo experimentado por outro é exequível no Juízo Cível, sendo vedada a rediscussão sobre a existência do fato e a autoria.
  - (C) São os empregadores, direta e objetivamente, responsáveis pela reparação dos danos causados por seus prepostos, caso em que a vítima será dispensada da prova do nexos causal entre a conduta do agente e o dano.
  - (D) O ascendente que reparar o dano causado por seu descendente relativamente incapaz terá contra este direito de regresso.
  - (E) Transmitem-se por sucessão os direitos reparatórios, não sendo verdadeira a recíproca no que concerne à responsabilidade indenizatória, esta intransmissível.

- 05.** No que atina aos institutos da prescrição e da decadência, assinale a alternativa correta.
- (A) Os prazos decadenciais convencionais nunca poderão ser alterados pelas partes.
  - (B) As causas que ensejam a prescrição poderão ser suspensas ou interrompidas, paralisações estas que poderão ocorrer tantas vezes quantas forem necessárias.
  - (C) É de três anos o prazo prescricional para a cobrança de créditos líquidos materializados em instrumentos particulares ou públicos.
  - (D) Não flui prazo prescricional contra os relativamente incapazes.
  - (E) Inadmitte expressamente a lei a manipulação pelas partes dos prazos prescricionais.
- 06.** No que tange ao direito real de usufruto, assinale a alternativa correta.
- (A) Caracteriza-se pela transferência ao usufrutuário dos direitos de uso e gozo da coisa, concedendo-lhe inclusive o direito de alienar o bem a quem desejar.
  - (B) O bem gravado com usufruto não poderá ser alienado pelo nu proprietário, considerada a existência do aludido direito real pertencente a outrem, o usufrutuário.
  - (C) A constituição do direito real de usufruto imobiliário dispensa registro no pertinente Registro de Imóveis, bastando a exteriorização da posse.
  - (D) Tanto as despesas ordinárias de conservação quanto os tributos que recaírem sobre o bem gravado serão suportados, com exclusividade, pelo usufrutuário.
  - (E) O doador que se reservar na condição de usufrutuário terá que prestar caução real ou fidejussória.
- 07.** No tocante aos contratos de locação, assinale a alternativa correta.
- (A) Veda a legislação, nas relações locatícias residenciais e não residenciais, a existência num único contrato de mais de uma garantia. Havendo duas, a segunda caução discriminada no contrato fadada estará à declaração de nulidade.
  - (B) Na garantia fidejussória, prevê a lei, por regra, a renúncia do fiador ao benefício de ordem, sendo desnecessária qualquer anotação contratual em tal sentido.
  - (C) Tratando-se de locação residencial firmada em contrato escrito com prazo inferior a trinta meses, findo o lapso, qualquer que seja ele, o termo final de pronto encerrará o contrato, tornando-se mister o aditamento.
  - (D) O direito à ação renovatória está condicionado apenas à existência de contrato escrito, independentemente do prazo de vigência da locação e das atividades empresariais exercidas no imóvel ao longo do lapso da locação.
  - (E) Segundo a lei, serão indenizáveis as benfeitorias voluptuárias, inadmitindo-se o levantamento destas, sobretudo se a retirada causar danos ao bem principal.
- 08.** Quando se cria uma obrigação, o foco é sua extinção pelo pagamento direto. Contudo, há situações em que o pagamento não efetivado do modo inicialmente esperado poderá sê-lo de forma indireta.
- Assinale a alternativa correta sobre o adimplemento indireto obrigacional.
- (A) A imputação do pagamento é assegurada ao devedor de duas ou mais dívidas de idêntica natureza, ainda que uma delas não seja exigível por não ter vencido.
  - (B) Vislumbra-se a sub-rogação pessoal convencional quando o fiador, garantidor que poderia ser acionado pelo credor, quita dívida do devedor principal.
  - (C) Em caso de dação em pagamento, sendo o titular do crédito evicto da coisa dada em pagamento, a quitação conferida pela dação perderá seu efeito, renovando-se a obrigação anterior.
  - (D) Há novação subjetiva passiva por delegação quando o devedor é expulso da obrigação.
  - (E) Ainda que infungíveis as coisas objeto de obrigações recíprocas entre credor e devedor, haverá a compensação até onde se compensarem.
- 09.** Quanto aos pactos adjetos à compra e venda, assinale a alternativa correta.
- (A) No instituto da retrovenda, o prazo máximo de decadência para que o vendedor resgate o imóvel alienado é de três anos, sendo admissível a pactuação por lapso menor.
  - (B) A venda a contento se aperfeiçoa no momento da tradição, sendo irrelevante a manifestação do agrado por parte do potencial adquirente.
  - (C) Tal como na locação, na compra e venda a preempção deriva expressamente da lei, sendo prescindível a previsibilidade expressa do direito à prelação.
  - (D) São prescricionais os prazos de cento e oitenta dias e de dois anos, respectivamente para bens móveis e imóveis, afetos ao exercício do direito de preferência.
  - (E) A venda com reserva de domínio pode ser pactuada tanto nos negócios que contenham como objeto bens imóveis, como nos móveis.
- 10.** A posse, segundo a mais relevante doutrina, em suma, nada mais é do que a exteriorização do direito de propriedade. Sobre o instituto em referência, é correto afirmar que
- (A) a truculência contra a coisa com o escopo de aquisição da posse torna-a violenta.
  - (B) é expressamente vedada em nossa legislação a aquisição da posse por meio de terceiro que não ostente instrumento de mandato.
  - (C) admite a legislação o uso do desforço imediato em caso de turbação e de defesa da posse em caso de esbulho.
  - (D) para efeitos de aquisição da propriedade por prescrição aquisitiva, a posse exercida com *animus domini* pelo sucessor soma-se à do antecessor.
  - (E) o possuidor de boa-fé terá direito à indenização por benfeitorias necessárias e úteis, mas não gozará do direito de retenção.

11. O direito de propriedade, assegurado inclusive na Constituição Federal, tem especial tratamento no Código Civil. Acerca do direito de propriedade, assinale a alternativa correta.
- (A) A aluvião, forma derivada de aquisição da propriedade imóvel, caracteriza-se pelo acúmulo corriqueiro e imperceptível de aterros naturais que, unidos, majoraram a propriedade de imóvel ribeirinho e tornam seu titular dono do acúmulo.
- (B) Tratando-se de adjunção revestida de má-fé, terá a parte vitimada o direito de adquirir a propriedade do todo ou de renunciar ao que lhe pertencia, sendo certo que em nenhum dos casos haverá indenização.
- (C) As dívidas afetas à coisa sujeita a condomínio serão saldadas por quem as contraiu, assegurando-se a este o direito de regresso contra os demais condôminos beneficiados.
- (D) O proprietário da laje só poderá alienar o bem com o consentimento do titular da unidade contígua, ainda que se tratem de unidades autônomas e com matrículas distintas.
- (E) A desapropriação não é forma de perda da propriedade imobiliária.
12. Assinale a alternativa correta no que tange à Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro.
- (A) O prazo geral de *vacatio legis* é de trinta dias, respeitável em caso de inexistência de previsão em sentido diverso.
- (B) O magistrado, por força da vedação ao *non liquet*, deverá, em caso de lacuna da lei, apoiar-se na analogia, nos costumes e nos princípios gerais do Direito para julgar.
- (C) A repristinação é prevista como regra no sistema legislativo brasileiro, de tal modo que a perda de vigência da lei revogadora restaura automaticamente a revogada.
- (D) A sentença proferida no estrangeiro poderá ser executada no Brasil, desde que, dentre outros requisitos, seja homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) Os brasileiros casados residentes no exterior não poderão se divorciar perante as autoridades consulares brasileiras, sendo mister o retorno ao Brasil para o rompimento do vínculo matrimonial.
13. Quanto ao pedido de descon sideração da personalidade jurídica, nos termos do Código de Processo Civil vigente, assinale a alternativa correta.
- (A) Pode ser decretada de ofício ou a requerimento do Ministério Público.
- (B) O incidente é cabível até a fase recursal do processo.
- (C) Está dispensada a instauração do incidente, se o pedido for feito na inicial.
- (D) O sócio da pessoa jurídica será intimado para se manifestar no prazo de 15 dias.
- (E) O incidente será resolvido por sentença.
14. A respeito da alegação de incompetência relativa ou absoluta, assinale a alternativa correta.
- (A) Decisão que determina a remessa do feito a outro juízo está sujeita a agravo de instrumento.
- (B) No caso de incompetência relativa, deverá o réu suscitar a matéria em preliminar de contestação.
- (C) A alegação de incompetência relativa não suspende o processo, que deverá estar resolvida até a sentença.
- (D) As medidas urgentes somente podem ser conhecidas pelo juízo competente, sob pena de nulidade.
- (E) Trata-se de exercício de um direito exclusivo do réu, que poderá alegá-las a qualquer tempo.
15. O saneamento do processo é proferido pelo magistrado, porém, as partes podem colaborar, pedindo esclarecimentos ou ajustes:
- (A) no prazo de cinco dias, primeiro para o autor e em seguida para o réu.
- (B) no prazo comum de cinco dias, findo o qual a decisão se torna estável.
- (C) até o começo da instrução.
- (D) caso tenha sido determinada perícia, até o oferecimento de quesitos.
- (E) até a audiência de saneamento feito em cooperação com as partes.
16. O incidente de resolução de demandas repetitivas
- (A) é uma ação autônoma, dirigida ao presidente do tribunal.
- (B) impede o exame de seu mérito, se houver desistência.
- (C) não poderá ser revisto quando fixar tese jurídica.
- (D) será julgado no prazo de um ano, sob a possibilidade de cessar a suspensão dos processos.
- (E) exige pagamento de custas processuais.

17. A decisão que exclui uma das partes do polo passivo, apreciando parcialmente o mérito, extinguindo em relação a ela o processo, deve ser reformada com
- (A) apelação.
  - (B) apelação, quando do julgamento final do feito.
  - (C) agravo de instrumento.
  - (D) agravo de instrumento para o autor e apelação para o excluído.
  - (E) embargos de declaração.
18. Nos termos estabelecidos no atual Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta quanto à ação rescisória.
- (A) Pode ter por objeto apenas um capítulo da decisão ou todos eles.
  - (B) Se presta a rescindir apenas a sentença de mérito, excluindo qualquer decisão homologatória.
  - (C) É cabível quando a decisão violar disposição literal de lei que possui mais de uma interpretação.
  - (D) Sua propositura impede o cumprimento da decisão rescindenda.
  - (E) O direito de propô-la se extingue em dois anos contados do trânsito em julgado da decisão a ser rescindida.
19. Contra os embargos do credor com garantia real, cujo bem foi oferecido à penhora pelo devedor, o embargado, executado na ação principal, poderá alegar como defesa:
- (A) fraude à execução.
  - (B) ofensa à coisa julgada.
  - (C) fraude contra credores.
  - (D) que o devedor comum é solvente.
  - (E) que o título é nulo.
20. Na liquidação de sentença, é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou. No entanto, se o resultado for igual a zero, é correto afirmar que
- (A) o liquidante será condenado nas custas, procedendo-se nova liquidação.
  - (B) se devem fazer quantas liquidações forem necessárias até encontrar-se um *quantum*.
  - (C) se trata de violação da coisa julgada da fase do conhecimento da ação que apurou existência de danos.
  - (D) deve o juiz mandar proceder à liquidação por outro modo, para que não fique a sentença sem execução.
  - (E) a liquidação será julgada improcedente, aplicando-se a regra geral da incidência da coisa julgada.

21. As autarquias municipais serão representadas em juízo, ativa e passivamente:
- (A) pelo prefeito.
  - (B) pelo procurador municipal.
  - (C) por seu presidente.
  - (D) por quem a lei do ente federado designar.
  - (E) por quem o estatuto social designar.
22. Sobre os autos eletrônicos e seu desaparecimento, assinale a alternativa correta.
- (A) Se houver autos suplementares, a restauração será dispensável.
  - (B) É possível a inclusão de parte não incluída no processo principal.
  - (C) A restauração deverá ser promovida apenas pelas partes.
  - (D) As provas não poderão ser repetidas na restauração.
  - (E) A restauração será decidida por despacho interlocutório de mérito.

#### DIREITO DO TRABALHO

23. São princípios de direito do trabalho:
- (A) *in dubio pro operario*, condição mais benéfica e igualdade.
  - (B) *in dubio pro operario*, primazia da forma e descontinuidade.
  - (C) condição mais benéfica, primazia da realidade e continuidade do contrato de trabalho.
  - (D) condição mais benéfica, primazia da realidade e equidade.
  - (E) primazia da realidade, igualdade e descontinuidade.
24. O contrato de trabalho poderá ser acordado
- (A) de forma tácita ou expressa, verbalmente ou por escrito.
  - (B) de forma tácita ou expressa, desde que seja por prazo indeterminado.
  - (C) verbalmente ou por escrito, não se admitindo o acordo tácito.
  - (D) verbalmente, exceto quando se tratar de contrato por prazo determinado.
  - (E) tacitamente, desde que o empregado não seja menor de 18 anos.

25. A despedida por justa causa pressupõe a

- (A) prática de ato faltoso grave, devidamente tipificado na legislação trabalhista ou na convenção coletiva de trabalho.
- (B) aplicação de punições anteriores para faltas menos graves.
- (C) apuração em Inquérito Judicial para Apuração de Falta Grave.
- (D) prática de ato faltoso grave previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.
- (E) tentativa de rescisão do contrato mediante acordo extrajudicial.

26. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, a alteração contratual

- (A) não depende de mútuo consentimento, quando for benéfica ao empregado.
- (B) não depende de consentimento do empregado, quando se tratar de reversão ao cargo efetivo.
- (C) pode ser prejudicial ao empregado, desde que haja notificação do sindicato da categoria.
- (D) é nula de pleno direito, quando não acarreta benefício ao empregado.
- (E) depende de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, em face da prevalência do negociado sobre o legislado.

27. Integram o salário do empregado as seguintes utilidades:

- (A) as mensalidades escolares e os planos de assistência médica.
- (B) o transporte destinado ao local de trabalho e os planos de assistência médica.
- (C) os planos de assistência médica e o valor correspondente ao vale-cultura.
- (D) a alimentação fornecida por força do contrato de trabalho e o plano de previdência privada.
- (E) a alimentação e a habitação fornecidas por força do contrato de trabalho.

28. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, a época de concessão das férias

- (A) será a que melhor consulte os interesses do empregado.
- (B) deverá coincidir com as férias escolares.
- (C) será a que melhor consulte os interesses do empregador.
- (D) deverá ser estabelecida de comum acordo entre empregado e empregador.
- (E) deverá ocorrer no respectivo período aquisitivo.

29. A prescrição trabalhista

- (A) não se aplica às ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.
- (B) pode ser reconhecida *ex officio*, inclusive quando se tratar de empregado menor de 18 anos.
- (C) só pode ser reconhecida se houver alegação, quando se tratar de empregado menor de 18 anos.
- (D) não se aplica aos contratos de aprendizagem, independentemente da idade do empregado.
- (E) tem idêntico tratamento ao da decadência.

30. As convenções coletivas de trabalho

- (A) podem ser celebradas pelos sindicatos, independentemente de qualquer formalidade.
- (B) só podem ser celebradas pelos sindicatos por deliberação de Assembleia Geral, especialmente convocada para essa finalidade.
- (C) podem vigorar por prazo indeterminado, desde que esta seja a vontade dos sindicatos convenientes.
- (D) não subsistem quando já houver acordo coletivo de trabalho disciplinando as condições de trabalho dos empregados da empresa.
- (E) não podem prever penalidades aos trabalhadores.

#### DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

31. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho,

- (A) a arbitragem é meio de solução dos conflitos individuais de trabalho, desde que realizada pela comissão de conciliação prévia.
- (B) o acordo na comissão de conciliação prévia inviabiliza o ajuizamento de uma reclamação trabalhista em qualquer circunstância.
- (C) os conflitos coletivos de trabalho podem ser solucionados pela comissão de conciliação prévia.
- (D) o Ministério Público do Trabalho deve fiscalizar o trabalho das comissões de conciliação prévia.
- (E) a comissão de conciliação prévia pode ser instituída no âmbito do sindicato da categoria ou da própria empresa.

32. O procedimento sumaríssimo trabalhista não se aplica às demandas em que

- (A) é parte a Administração Pública direta, autárquica ou fundacional.
- (B) é parte a Administração Pública autárquica e fundacional, exclusivamente.
- (C) são partes a Administração Pública ou os sindicatos da categoria profissional.
- (D) há pedido expresso do reclamante para que seja observado o rito comum.
- (E) o empregador figura como autor.

33. A ação trabalhista, quando arquivada,

- (A) interrompe a prescrição em relação às verbas rescisórias.
- (B) interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos.
- (C) não interrompe a prescrição.
- (D) interrompe a prescrição e suspende a decadência.
- (E) impõe ao reclamante o dever de recolher as custas, salvo nos casos em que o recolhimento deve ser comprovado por ocasião do ajuizamento da reclamação.

34. O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, devendo observar o prazo de

- (A) 8 (oito) dias e matéria relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- (B) 15 (quinze) dias e matéria relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- (C) 8 (oito) dias, não sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- (D) 15 (quinze) dias, não sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso da parte contrária.
- (E) 10 (dez) dias, não sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso da parte contrária.

35. Na Justiça do Trabalho, o mandado de segurança

- (A) é cabível apenas contra atos judiciais, cuja competência originária é dos tribunais.
- (B) é cabível contra a decisão de não processar o recurso ordinário regularmente interposto.
- (C) pode ser utilizado para pleitear verbas trabalhistas sonegadas pelo empregador público.
- (D) é incabível contra a antecipação de tutela concedida na sentença.
- (E) tem o prazo de impetração contado em dias úteis.

36. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado o prazo de

- (A) 5 (cinco) dias para apresentar embargos.
- (B) 5 (cinco) dias úteis para apresentar embargos.
- (C) 8 (oito) dias para apresentar agravo de petição.
- (D) 8 (oito) dias úteis para apresentar agravo de petição.
- (E) 10 (dez) dias para impugnação.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

37. O voto secreto e o voto feminino foram assentados, pela primeira vez, em base constitucional no país, pela Constituição Brasileira de

- (A) 1891.
- (B) 1934.
- (C) 1937.
- (D) 1946.
- (E) 1967.

38. Analise os dispositivos constitucionais a seguir reproduzidos e assinale a alternativa que os classifica, respectiva e corretamente, considerando a eficácia das normas constitucionais.

*“A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei” (art. 18 § 4º).*

*“Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos” (art. 230 § 2º).*

- (A) Limitada e plena.
- (B) Contida e limitada.
- (C) Plena e contida.
- (D) Limitada e contida.
- (E) Limitada e limitada.

39. Assinale a alternativa correta a respeito da intervenção estadual nos Municípios.

- (A) É hipótese que autoriza a intervenção deixar o Município de aplicar o mínimo exigido da sua receita na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saneamento básico.
- (B) A decretação e execução da intervenção estadual é de competência privativa do Governador, com base em decreto legislativo devidamente aprovado pela Assembleia Legislativa.
- (C) A nomeação do interventor será obrigatória, com afastamento das autoridades envolvidas, quando a intervenção se der em razão de não terem sido prestadas as contas devidas, na forma da lei.
- (D) A intervenção pode ocorrer por determinação judicial para prover a execução de lei, devendo a intervenção, nesse caso, ser submetida de imediato à Assembleia Legislativa.
- (E) Não cabe recurso extraordinário contra acórdão de tribunal de justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.

40. "(...) consiste em uma alteração do significado de determinada norma da Constituição, sem observância do mecanismo constitucionalmente previsto para as emendas e, além disso, sem que tenha havido qualquer modificação do seu texto" (L. R. BARROSO).
- A definição supra diz respeito a um princípio de interpretação constitucional denominado
- (A) reforma constitucional.
  - (B) revisão constitucional.
  - (C) mutação constitucional.
  - (D) interpretação conforme sem redução de texto.
  - (E) interpretação conforme com redução de texto.
41. Assinale a alternativa correta a respeito das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).
- (A) São comissões destinadas a investigar fato certo, a serem instaladas por tempo indeterminado, mas devendo ser extintas com o término da respectiva legislatura.
  - (B) Serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de pelo menos dois terços de seus respectivos membros.
  - (C) De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, não poderão ser criadas mais de uma CPI para apuração de um mesmo fato.
  - (D) Possuem poderes próprios das autoridades judiciais, podendo, inclusive, determinar quebra de sigilos bancário, fiscal e de dados.
  - (E) Têm competência para requerer a quebra de registros telefônicos pretéritos, determinar a interceptação telefônica de investigados e a busca e apreensão domiciliar.
42. Considerando as regras constitucionais acerca da imunidade parlamentar, a respeito da prisão processual de Deputado Federal, é correto afirmar que o parlamentar
- (A) não poderá ser preso em flagrante, independentemente do crime que cometeu, devendo ser obtida a licença da respectiva Casa Legislativa para que possa ser processado criminalmente.
  - (B) poderá ser preso em flagrante, independentemente do crime que cometeu, mas deverá ser obtida a licença da respectiva Casa Legislativa para que possa ser processado criminalmente.
  - (C) poderá ser preso em flagrante se o crime cometido for inafiançável e a manutenção da prisão dependerá de autorização da Câmara dos Deputados.
  - (D) poderá ser preso em flagrante, independentemente do crime cometido, mas a manutenção da prisão dependerá de autorização da respectiva Casa Legislativa no caso de crime afiançável.
  - (E) poderá ser preso em flagrante se o crime cometido for inafiançável, devendo os autos ser remetidos em 24 horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
43. Assinale a alternativa correta a respeito da deliberação executiva no processo legislativo.
- (A) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a sanção presidencial tem o efeito de convalidar vício formal subjetivo de iniciativa no projeto de lei.
  - (B) O ato legislativo que resolve definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretam encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional dispensa a sanção presidencial.
  - (C) O veto caracteriza-se por ser sempre expresso, mas nem sempre precisa ser motivado, que se dá no caso de veto político, no qual há evidente contrariedade ao interesse público.
  - (D) Na hipótese de o veto ser derrubado pelo Congresso Nacional, o projeto será enviado ao Presidente da República que terá a obrigação de sancioná-lo e promulgá-lo no prazo de 48 horas.
  - (E) O veto pode ser total ou parcial, podendo este se dar sobre texto integral de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou palavra.
44. Com relação ao controle de constitucionalidade abstrato de norma estadual, quando esta for submetida ao duplo controle judicial, por meio de ação direta, pelo STF e pelo respectivo tribunal de justiça (TJ), é correto afirmar:
- (A) se a norma for declarada constitucional, primeiro pelo TJ, com trânsito em julgado, e havendo ação direta em trâmite perante o STF, este deve extinguir o processo da ADI por perda de interesse de agir superveniente.
  - (B) se o STF declarar a norma inconstitucional, estando em julgamento a ação direta perante o tribunal de justiça, esta perderá o seu objeto, não mais produzindo a respectiva norma efeitos no respectivo Estado.
  - (C) pelo sistema brasileiro, não pode haver duas ações diretas de inconstitucionalidade simultâneas em trâmite, devendo, nessa hipótese, uma delas ser extinta e ter continuidade a primeira que foi ajuizada.
  - (D) se a ADI for ajuizada primeiramente junto ao TJ, a ação direta aforada perante o STF deverá ser suspensa para aguardar o julgamento do Tribunal de Justiça.
  - (E) se o STF declarar constitucional a norma perante a CF, o TJ não mais poderá prosseguir com o julgamento da ADI impugnada também perante a Constituição Estadual.

45. Tendo em vista as normas constitucionais relativas às políticas urbana, agrícola e fundiária e à reforma agrária, assinale a alternativa correta.
- (A) A Constituição Federal veda a utilização do IPTU progressivo como pena ao proprietário de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.
  - (B) A desapropriação para fins de reforma agrária deve ser paga mediante justa e prévia indenização em dinheiro, exceto as benfeitorias que serão pagas por meio de títulos da dívida agrária.
  - (C) Os imóveis públicos urbanos não podem ser adquiridos por usucapião, exceto aqueles até 250 m<sup>2</sup> possuídos, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizados para moradia, desde que o possuidor não seja proprietário de outro imóvel.
  - (D) Não podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária as pequenas e médias propriedades rurais, mesmo que seu proprietário possua outra, bem como as grandes propriedades produtivas.
  - (E) A desapropriação de imóveis urbanos, dependendo da situação do bem, pode ser efetivada por meio de pagamento em dinheiro ou em títulos da dívida pública.
46. Segundo a Constituição Federal, o servidor público que for eleito para exercer o mandato de Vereador
- (A) deverá pedir exoneração do cargo público.
  - (B) poderá exercer simultaneamente o cargo público e a vereança, independentemente de qualquer condição.
  - (C) terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, quando afastado para exercer o mandato, exceto para promoção por merecimento.
  - (D) deverá afastar-se do seu cargo, independentemente de qualquer condição, não podendo exercer, simultaneamente, o cargo e a vereança.
  - (E) poderá exercer simultaneamente o cargo e a vereança, havendo compatibilidade de horários, mas não poderá optar pela remuneração e vantagens do cargo público.
47. Considerando o procedimento da execução, assinale a alternativa correta no que respeita à citação.
- (A) O executado será citado para, no prazo de 15 dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e demais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou para garantir a execução.
  - (B) A citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 15 dias após a entrega da carta à agência postal.
  - (C) O executado ausente do País será citado por carta rogatória, com prazo de 180 dias para devolução ao juízo rogante.
  - (D) O despacho do juiz que ordenar a citação do executado suspende a fluência do prazo prescricional.
  - (E) Sendo pelo correio, caso o aviso de recepção não retorne no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal, a citação será feita por Oficial de Justiça ou por edital.
48. A União entregará, do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, 10% aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados; dos recursos que receberem a esse título, os Estados entregarão aos respectivos Municípios o percentual de
- (A) 21,5%.
  - (B) 22,5%.
  - (C) 25%.
  - (D) 27,5%.
  - (E) 50%.
49. A Constituição Federal impõe aos entes tributantes a vedação de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro e antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. A exigência da observância do prazo de noventa dias não se aplica à fixação da base de cálculo do
- (A) ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis).
  - (B) IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana).
  - (C) ISS (Imposto sobre Serviços).
  - (D) ITR (Imposto Territorial Rural).
  - (E) ITCMD (Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* ou Doação).

50. O Código Tributário Nacional elenca a decadência dentre as causas de extinção do crédito tributário. Contudo, há uma incongruência nessa disposição, eis que se ocorre a decadência,
- (A) o crédito resta constituído, mas não pode mais ser cobrado porque ultrapassado o prazo para sua exigência.
  - (B) o crédito não existe, porque ultrapassado o prazo para sua constituição.
  - (C) opera-se a homologação tácita, tratando-se de tributos lançados de ofício.
  - (D) ainda se contam mais cinco anos para que se extinga o crédito relativo aos tributos lançados por homologação.
  - (E) somam-se mais cinco anos até que se opere a prescrição.
51. Assinale a alternativa correta no que respeita ao instituto da moratória.
- (A) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
  - (B) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos posteriormente à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
  - (C) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido não podendo ser revogada de ofício, ainda que se apure, posteriormente, que o beneficiado não satisfazia as condições quando da concessão do favor.
  - (D) A lei não poderá exigir garantias a serem fornecidas pelo beneficiado tratando-se de moratória concedida em caráter individual.
  - (E) Se houver revogação, nos caso de dolo do beneficiado, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação computa-se para efeito da prescrição do direito de cobrança do crédito.
52. A vedação à incidência de impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser, consiste no que a doutrina denomina como
- (A) isenção.
  - (B) remissão.
  - (C) imunidade.
  - (D) hipótese de não incidência diferida.
  - (E) hipótese de incidência diferida.
53. Em ação anulatória de débito fiscal, promovida sem o depósito prévio do valor integral, o juízo, uma vez ouvida a Fazenda Pública, determina ao contribuinte autor que promova o depósito no prazo de 5 dias. A respeito dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- (A) Caso o contribuinte não satisfaça a determinação do juízo, o feito deve ser extinto sem julgamento do mérito.
  - (B) O contribuinte deve cumprir a determinação do juízo, sob pena do processo ser extinto com solução do mérito por falta de condição da ação.
  - (C) O contribuinte deve cumprir a determinação do juízo, sob pena do processo ser extinto com resolução do mérito diante da ausência de pressuposto processual específico para esse tipo de ação.
  - (D) A exigência de depósito prévio é inconstitucional como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretende discutir a exigibilidade do crédito tributário.
  - (E) A determinação do juízo é de ser cumprida no prazo assinalado, sob pena do arquivamento do feito até que seja satisfeito o pressuposto específico.
54. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, determinadas pessoas que a lei especifica, dentre as quais
- (A) o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.
  - (B) o adquirente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos.
  - (C) o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.
  - (D) o sucessor a qualquer título, pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.
  - (E) a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, incorporação ou transformação de outra ou em outra.
55. As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa são consideradas normas complementares das leis, dos tratados e convenções internacionais e dos decretos em matéria tributária. Acerca das referidas decisões, é correto afirmar que, quanto aos seus efeitos normativos, salvo disposição em contrário, entram em vigor
- (A) na data de sua publicação.
  - (B) 30 dias após a sua publicação.
  - (C) na data nelas prevista.
  - (D) 45 dias após a sua publicação.
  - (E) a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte ao que ocorra sua publicação.

- 56.** Consiste em corolário do princípio da igualdade tributária e aplica-se na ordem jurídica tributária, na busca de uma sociedade mais igualitária em termos da exação de tributos. O trecho trata do princípio da
- (A) seletividade.
  - (B) uniformidade jurídica da tributação.
  - (C) vedação do confisco.
  - (D) capacidade contributiva.
  - (E) generalidade.
- 57.** Nos termos da lei, o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente do trabalho. Nesse sentido, é correto afirmar que na falência, a multa tributária prefere apenas aos créditos
- (A) com garantia real.
  - (B) com privilégio especial.
  - (C) com privilégio geral.
  - (D) quirografários.
  - (E) subordinados.
- 58.** Quanto à defesa do devedor, segundo a disciplina da execução fiscal,
- (A) é admitida a reconvenção.
  - (B) é admitida a compensação.
  - (C) são admitidas as exceções de suspeição, incompetência e impedimentos a serem arguidas como matéria preliminar e processadas e julgadas com os embargos.
  - (D) na execução por carta, os embargos do executado serão oferecidos no Juízo deprecante para instrução e julgamento.
  - (E) se os embargos versarem sobre matéria de direito, o Juiz designará audiência de instrução e julgamento no prazo de 30 dias.
- 59.** Um determinado prédio público, situado na Rua das Flores do Município de São José dos Campos, funcionava como Creche Municipal, e em razão de um grande abalo sísmico, o imóvel ficou totalmente destruído e sem destinação, tendo sido a Creche transferida para outro imóvel público, situado na Alameda dos Sabiás. A partir desse fato hipotético, assinale a alternativa correta.
- (A) A Creche da Rua das Flores tinha afetação ao uso comum, permanecendo nessa condição, apesar do acidente geográfico e não mais funcionar como repartição pública.
  - (B) Com a destruição do imóvel da Rua das Flores, houve sua desafetação como de uso especial, trespassando-se automaticamente como imóvel com afetação ao uso comum.
  - (C) O fato da natureza (abalo sísmico) determinou a desafetação do prédio da Rua das Flores como bem de uso especial para a categoria de bem dominical.
  - (D) A desafetação do imóvel da Rua das Flores como de uso comum somente poderá ocorrer por meio de lei expressa nesse sentido.
  - (E) O imóvel da Alameda dos Sabiás, com a transferência da Creche, passou a ser considerado bem dominical.
- 60.** Quanto aos contratos administrativos, nos termos da Lei nº 8.666/1993, assinale a afirmação correta.
- (A) É vedado o contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado.
  - (B) Não é permitido conferir tratamento diferenciado e favorecimento às microempresas e empresas de pequeno porte, por ferir o princípio da isonomia.
  - (C) O gestor deve sempre exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.
  - (D) As cláusulas econômico-financeiras dos contratos administrativos podem ser alteradas unilateralmente pela Administração Pública.
  - (E) É nulo e de nenhum efeito todo e qualquer contrato verbal com a Administração Pública.

- 61.** Nos termos da Lei nº 8.666/1993, é verdadeira a seguinte afirmação:
- (A) as obras e serviços somente poderão ser licitados quando existir previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento no exercício financeiro do ano seguinte da sua execução.
  - (B) se as obras e serviços forem licitados sem orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, pode implicar na nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
  - (C) somente o Ministério Público e os órgãos de controle interno da Administração Pública podem requerer desta última os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra licitada.
  - (D) os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, obrigatoriamente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.
  - (E) é possível incluir no objeto de licitação o fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.
- 62.** Nos termos da nº Lei 8.666/1993,
- (A) toda anulação de procedimento licitatório gera obrigação de indenizar.
  - (B) no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.
  - (C) não é possível a revogação de licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente.
  - (D) a anulação ou revogação da licitação não pode ser realizada de ofício, ainda que por motivo de ilegalidade.
  - (E) a revogação da licitação não pode ser realizada pela mesma autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório.
- 63.** No que tange à parceria público-privada, considerando os termos da Lei nº 11.079/2004, assinale a alternativa correta.
- (A) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
  - (B) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
  - (C) A contratação de parceria público-privada não se aplica às sociedades de economia mista.
  - (D) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão e permissão, nas modalidades patrocinada ou administrativa.
  - (E) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- 64.** Consoante site da Prefeitura de São José dos Campos: “O Instituto de Previdência do Servidor Municipal de São José dos Campos – IPSM é uma entidade autárquica, sem fins lucrativos. É o órgão gestor do Regime Próprio de Previdência do Município. Seu compromisso é atender às necessidades do servidor municipal de São José dos Campos, concedendo benefícios, prestando serviços aos seus segurados e dependentes.”  
Podemos afirmar corretamente que o IPSM:
- (A) integra a Administração Pública Direta do Município, com personalidade jurídica de direito público.
  - (B) integra a Administração Pública Indireta, possuindo personalidade jurídica de direito privado.
  - (C) não integra a Administração Pública do Município, possuindo personalidade jurídica de direito privado.
  - (D) integra a Administração Pública Indireta, possuindo personalidade jurídica de direito público.
  - (E) sendo uma autarquia é pessoa jurídica de direito público, instituída para desempenhar atividades administrativas sob regime de direito privado.
- 65.** Considere que o prefeito de São José dos Campos pretenda promover o recapeamento asfáltico, iniciando pelas ruas que dão acesso às Rodovias Estaduais, e postergar para o ano seguinte o recapeamento das ruas que dão acesso aos bairros periféricos, cujo asfalto se encontra em igual condição precária de conservação, diante da constatação de que existe maior tráfego urbano em direção às rodovias. Com relação a essa hipotética situação, assinale a alternativa correta.
- (A) Trata-se de ato vinculado, sendo ilegal a decisão tomada pelo Poder Executivo.
  - (B) A decisão do Prefeito se caracteriza como ato discricionário, calcado nos critérios de conveniência e oportunidade.
  - (C) O plano do Prefeito é ilegal, pois a decisão deve antes ser ratificada pelo Poder Legislativo.
  - (D) A decisão do Prefeito não pode ser objeto de questionamento perante o Poder Judiciário, nem mesmo no que tange à legalidade.
  - (E) As obras de recapeamento asfáltico, por se caracterizarem como ato discricionário, não se submetem ao controle de legalidade.

66. Joana da Silva submeteu-se a uma cirurgia em um hospital público municipal para a retirada de um tumor maligno situado em um rim e que resultou na perda desse órgão, acarretando sobrecarga no rim remanescente e piora na sua qualidade de vida. Em razão disso, a cidadã decide ingressar com ação judicial, visando recebimento de indenização em razão da perda do rim. A partir desses fatos hipotéticos, assinale a alternativa correta.
- (A) Como Joana da Silva foi tratada em hospital municipal, tanto o médico quanto o hospital respondem objetivamente pelo dano sofrido, bastando à autora comprovar o dano.
  - (B) Joana da Silva deve ingressar com ação somente contra o médico que realizou a cirurgia, que responde objetivamente pelo dano sofrido.
  - (C) Na seara médica vigora o princípio da irresponsabilidade estatal, não cabendo a propositura de ação contra o Município.
  - (D) Para a responsabilização do médico, Joana da Silva deve comprovar a existência de culpa, pois na seara médica vigora o princípio da responsabilidade subjetiva, eis que a ação médica é considerada obrigação de meio e não de resultado.
  - (E) Como a retirada do rim se caracterizou em ato comissivo, o médico e o hospital respondem objetivamente pelos danos sofridos por Joana da Silva.
67. Considere que um servidor público estatutário fazia jus à gratificação mensal por atividade especial desde 2010 e não a recebe. Resolve ingressar com ação judicial somente em 2017, buscando o recebimento da gratificação, bem como os atrasados. A partir desse fato hipotético, é correta a seguinte afirmação:
- (A) o servidor fará jus ao recebimento das parcelas anteriores ao quinquênio contado da propositura da ação e não desde 2010.
  - (B) o servidor não tem direito a receber o benefício em razão da prescrição do fundo de direito.
  - (C) como o servidor ainda se encontra em atividade, não ocorreu a prescrição do direito, fazendo jus ao recebimento da gratificação desde 2010.
  - (D) o prazo prescricional para a propositura da ação é de três anos contado da data em que o mesmo vier a se desligar do serviço público.
  - (E) o direito do servidor de ingressar com a ação é contado do início da violação do direito, pelo princípio da *actio nata*, estando prescrito em razão do decurso do prazo trienal para a propositura da ação.
68. Sobre a desapropriação, assinale a alternativa correta.
- (A) O prazo de caducidade da declaração de utilidade pública para desapropriação realizada com fundamento em necessidade ou utilidade pública é de dois anos.
  - (B) União, Estados, Município e Distrito Federal podem promover desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.
  - (C) As hipóteses legais de desapropriação são taxativas, ou seja, somente é possível desapropriar nas hipóteses previstas em lei.
  - (D) Toda desapropriação deve ser precedida de pagamento de indenização prévia, justa e em dinheiro.
  - (E) As obras de higiene e decoração não podem ser hipóteses de desapropriação por utilidade pública.
69. Com relação às concessões públicas, assinale a alternativa correta.
- (A) Deve constar do edital de concorrência para outorga de concessão o prazo previsto para sua duração.
  - (B) O poder concedente nunca pode, ainda que em razão de conveniência e oportunidade, extinguir a concessão antes de findo o prazo ou alterar o seu prazo da concessão.
  - (C) O poder concedente não pode alterar unilateralmente as cláusulas regulamentares, alterando as condições de funcionamento do serviço.
  - (D) É possível a modificação do objeto da concessão se houver concordância do concessionário.
  - (E) O concessionário de serviço público deve ser remunerado unicamente mediante tarifa cobrada diretamente dos usuários.
70. Quanto ao direito urbanístico, assinale a alternativa correta.
- (A) A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada vinte anos.
  - (B) O plano diretor é obrigatório para todas as cidades.
  - (C) O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento regional e municipal.
  - (D) Não é possível aos municípios ampliar o seu perímetro urbano após a edição da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).
  - (E) O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

## DIREITO PENAL

71. A simples conduta de adulterar a placa de veículo automotor, com arrependimento posterior, tem como bem jurídico tutelado a
- (A) identificação de veículo automotor.
  - (B) fé pública.
  - (C) idoneidade de documento público.
  - (D) idoneidade de sinal público.
  - (E) idoneidade particular.
72. Considerando os Crimes contra a Administração, nos exatos termos do art. 334-A, § 1º, III, quem reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação incorre na mesma pena do crime de
- (A) sonegação fiscal.
  - (B) descaminho.
  - (C) fraude de concorrência.
  - (D) contrabando.
  - (E) corrupção ativa em transação comercial internacional.

## DIREITO AMBIENTAL

73. Para fins da Política Nacional do Meio Ambiente, considera-se:
- (A) Poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente lancem materiais ou energia em desacordo com os padrões sanitários estabelecidos pela lei da Política Nacional do Meio Ambiente.
  - (B) Poluidor, a pessoa física ou jurídica de direito privado, responsável diretamente por ato causador de degradação ambiental que implique perda da biodiversidade.
  - (C) Recursos ambientais, a atmosfera, as águas interiores e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, excluídos os elementos da biosfera, a fauna e a flora.
  - (D) Degradação do meio ambiente, a alteração propícia dos componentes do meio ambiente.
  - (E) Meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

74. Acerca do licenciamento ambiental, afirma-se corretamente que
- (A) o seu pedido, sua renovação e sua respectiva concessão serão publicados no jornal oficial do Estado.
  - (B) compete à SEMA propor ao CONAMA normas e padrões para implementação, acompanhamento e para sua fiscalização.
  - (C) caberá a sua concessão exclusivamente ao Poder Executivo Federal, ouvidos os governos estadual e municipal interessados no licenciamento ambiental.
  - (D) a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores, ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento ambiental.
  - (E) as entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo SEMA.
75. Em relação ao que estabelece a Constituição Federal sobre o meio ambiente, assinale a alternativa correta.
- (A) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Cerrado são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á dentro de condições que assegurem a presença do meio ambiente.
  - (B) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, estadual ou municipal, sem o que não poderão ser instaladas.
  - (C) Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental no plano federal e estadual, visando à conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
  - (D) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias para proteção dos ecossistemas naturais.
  - (E) Consideram-se cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, em qualquer tipo de manifestação.

76. Nos termos da Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente:
- (A) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa e penalmente, com base nos dispositivos legais da Lei referida, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício de terceiro.
  - (B) a existência de obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica.
  - (C) a autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.
  - (D) a interdição em caráter permanente de estabelecimento, obra ou atividade é uma das penas restritivas de direitos da pessoa jurídica.
  - (E) o prazo máximo para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação, é de 15 dias.
77. Em relação à ação civil pública em matéria ambiental, assinale a alternativa correta.
- (A) Tem legitimidade para propor a ação civil pública, dentre outros, a associação que esteja constituída há pelo menos dois anos, nos termos da lei civil.
  - (B) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
  - (C) Em qualquer hipótese de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público assumirá a titularidade ativa.
  - (D) Há litisconsórcio necessário entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida a lei de ação civil pública.
  - (E) Deixando o Conselho Superior do Ministério Público de homologar a promoção do arquivamento, os autos retornarão ao Ministério Público de origem para ajuizamento da ação civil pública.
78. Considerando o princípio da solidariedade intergeracional, é correto que
- (A) todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à Coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
  - (B) gera a imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.
  - (C) quando o dano é incerto, faz-se presente a precaução, pois, em caso de dúvida, é imperativo que se evite não o dano, eis que incerto, mas o risco de dano, prevalecendo a máxima *in dubio pro natura*.
  - (D) garante a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme ditames da justiça social, observados, dentre outros, a função social da propriedade e a defesa do meio ambiente.
  - (E) os responsáveis pela degradação ao meio ambiente sejam obrigados a arcar com a responsabilidade e com os custos da reparação ou da compensação pelo dano causado.
79. Sobre a competência em matéria ambiental, tem-se que
- (A) os municípios estão autorizados a legislar suplementarmente à legislação federal e estadual independentemente de interesse local.
  - (B) é competência exclusiva da União preservar as florestas, a fauna e a flora.
  - (C) os Estados poderão, mediante medidas provisórias, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
  - (D) compete aos Estados, privativamente, legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
  - (E) no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

80. Sobre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, afirma-se corretamente que

- (A) o zoneamento consiste no estudo e diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais.
- (B) o EIA tem caráter vinculante, eis que representa um parecer técnico essencial para a concessão da licença ambiental.
- (C) o RIMA consiste no estudo de impacto prévio ambiental elaborado e custeado pelo empreendedor e que envolve atividades técnicas.
- (D) constitui uma de suas espécies a criação de espaços territoriais, especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como área de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e de reservas extrativistas.
- (E) o licenciamento e a revisão de atividades potencialmente poluidoras ocorrerão quando obedecidos os requisitos constantes em rol taxativo previsto em resolução do CONAMA.





